

ACTA Nº06/2008

ACTA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OURÉM, EM SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA A VINTE E SEIS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E OITO. -----

-----Aos vinte e seis dias do mês de Setembro, do ano de dois mil e oito, pelas dezassete horas, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Ourém, no cine-teatro municipal de Ourém, convocada nos termos do número um do artigo quadragésimo nono e pela alínea b) do artigo quinquagésimo quarto da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, conforme anúncio público afixado por **Edital, de 16 de Setembro do ano de dois mil e oito**, com a seguinte: -----

-----**ORDEM DE TRABALHOS:** -----

-----**01 - Período de "ANTES DA ORDEM DO DIA"** – (grelha A) -----

-----**01.01** – Apreciação e votação da acta nº05/2008 referente à sessão extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 2008.07.15; -----

-----**01.02** – Leitura resumida do expediente; -----

-----**01.03** – Actividade Municipal – Apreciação de uma informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº1 do art.º53º da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

-----**01.04** – Intervenções de interesse local ou declarações políticas gerais. -----

-----**02- ORDEM DO DIA** -----

----- **02.01** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal relativa à implementação de uma parceria para a constituição de uma sociedade anónima de direito privado e capitais minoritariamente públicos – (grelha A); -----

-----**02.02** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder à criação do Gabinete de Contratação Pública, na directa dependência da Divisão Administrativa e Financeira – (grelha A); -----

-----**02.03** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal relativo à isenção de taxas decorrentes da construção de um edifício destinado a creche e pavilhão

polivalente, a efectuar pela APDAF – Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família – (grelha A); -----

-----**02.04** – Apreciação e votação da proposta camarária relativa ao IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis 2009 – (grelha A); -----

-----**02.05** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para proceder ao lançamento de uma Derrama para 2009 – (grelha A); -----

-----**02.06** – Eleição de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Geral de cada um dos agrupamento de escolas – (grelha A); -----

-----**02.07** – Apreciação e votação do pedido de autorização da Câmara Municipal para aderir à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo de acordo com o projecto de Estatutos anexos – (grelha A); -----

-----**02.08** – Eleição de cinco membros da Assembleia Municipal para integrarem a Assembleia Intermunicipal – (grelha A); -----

-----**02.09** – Tomada de conhecimento da taxa de recursos hídricos – Decreto-Lei n.º97/2008, de 11 de Junho – (grelha A); -----

-----**02.10** – Tomada de conhecimento da proposta de Lei que altera as taxas e os prazos de isenção previstos no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis – (grelha A); -----

-----**02.11** – Período de intervenção aberto ao público. -----

-----Feita a chamada, verificou-se a presença dos membros da Assembleia Municipal, senhores:-----

-----Albino dos Reis Oliveira; -----

-----Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva; -----

-----Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques; -----

-----António Marques das Neves; -----

-----António Ribeiro Gameiro; -----

-----Avelino da Conceição Subtil; -----

-----Constantino da Graça Lopes; -----

-----Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----

-----Francisco Caetano; -----

-----Francisco Gonçalo Nunes André; -----

- Humberto Luís Ferraz Antunes; -----
- Joana Luísa Abreu de Figueiredo; -----
- João Carlos Gameiro Rodrigues; -----
- João Pereira Trezentos; -----
- Joaquim dos Reis Gonçalves; -----
- José Custódio Ribeiro Faria;-----
- José da Silva Pereira; -----
- José Ferreira Vieira;-----
- José Maria Henriques de Sousa; -----
- Manuel Lourenço Dias;-----
- Manuel Rodrigues Antunes;-----
- Manuel Tavares Lopes; -----
- Maria Agripina Ferreira Carriço Lopes Vieira;-----
- Maria Natália de Sousa Freire Nunes;-----
- Mário João de Oliveira Santos; -----
- Natálio de Oliveira Reis; -----
- Nelson Carlos Lino Lopes; -----
- Sérgio José Ferreira Ribeiro; -----
- Sérgio Manuel Gameiro Fernandes. -----

-----Não compareceram, tendo justificado a respectiva falta, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

- Elias Dias da Silva; -----
- José Maria do Vadre Castelino e Alvim; -----
- Luís de Sousa e Silva; -----
- Valdemar Pinheiro de Oliveira. -----

----- Deu início aos trabalhos desta sessão ordinária da Assembleia Municipal, a senhora Presidente da Assembleia Municipal que, após a verificação da existência de quórum, declarou aberta a sessão, pelas dezassete horas e vinte minutos, tendo, de imediato, apresentado as boas vindas ao Executivo Camarário, que nos termos do número três do artigo quadragésimo oitavo, da Lei número cento e sessenta e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações

introduzidas pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, se fez representar por parte dos seus membros, conforme se especifica: -----

----- Senhor Presidente da Câmara: -----

----- David Pereira Catarino. -----

----- Senhor Vereador em regime de permanência: -----

----- Humberto Lopes da Piedade; -----

----- João Manuel Moura Rodrigues; -----

----- Vítor Manuel de Jesus Frazão. -----

----- Compareceram os Vereadores em regime de não permanência, senhores: -----

----- José de Oliveira Fernandes; -----

----- José Manuel Pereira Alho; -----

----- Leonilde Santos Madeira Carreira da Conceição. -----

----- Seguidamente, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal prestou as seguintes informações: -----

----- O membro da Assembleia Municipal, senhor **António Miguel Lopes Mangas Reis**, eleito nas listas do Partido Popular – CDS/PP renunciou ao mandato, tendo tomado posse o senhor **Albino Coelho Pereira**, casado, de quarenta e um anos de idade, residente na freguesia de Olival, concelho de Ourém, portador do Bilhete de Identidade número nove milhões quinhentos e setenta e nove mil e treze (9579013), emitido a vinte e sete de Abril do ano de dois mil e seis (27.04.2006), pelo Arquivo de Identificação de Santarém, e possuidor do número de Contribuinte cento e setenta e quatro milhões trezentos e vinte e um mil quatrocentos e setenta e três (174321473). -----

----- O membro da Assembleia Municipal, senhor **Jorge Manuel Reis Heleno**, eleito nas listas do Partido Social Democrata – PPD/PSD solicitou suspensão de mandato, tendo sido convocado, para efeitos de substituição o senhor **Hélder António Vieira Alves**, que, por motivos profissionais, não pode comparecer a fim de tomar posse do cargo de membro da Assembleia Municipal. -----

----- Na impossibilidade de comparecer e conforme preceitua a alínea c), do número um, do artigo trigésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de

Janeiro, o Presidente de Junta de Freguesia de Ribeira do Fárrio, senhor **Pedro Miguel Fonseca Janeiro**, fez-se representar pelo Secretário da citada junta de freguesia, senhora **Emília da Silva Simões**. -----

-----Na impossibilidade de comparecerem e conforme preceitua o número um, do artigo sexagésimo oitavo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, fizeram-se substituir os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

-----**Carina João Reis Oliveira**, eleita na lista do Partido Social Democrata – PPD/PSD foi substituída pelo senhor **Amândio Paulo Rodrigues Pereira**. -----

-----**José Augusto Dias dos Reis**, eleito na lista do Partido Socialista – PS foi substituído pela senhora **Sofia Ferreira dos Santos**. -----

-----**Rui Pedro Marto Pereira**, eleito na lista do Partido Popular – CDS/PP foi substituído pelo senhor **Nuno Miguel Neves dos Prazeres**. -----

-----Antes de iniciar os trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente definida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que havia convidado o ex-reitor do Santuário de Fátima, Monsenhor Luciano Guerra a fim de lhe ser prestada uma singela, mas sincera homenagem por todo o trabalho desenvolvido enquanto reitor do Santuário, passando a citar uma breve resenha alusiva ao trajecto de Monsenhor:

“*Monsenhor Luciano Gomes Paulo Guerra* -----

Filho de Joaquim Paulo Guerra e de Maria do Rosário Gomes Louro, nasceu no lugar da Calvaria de Cima, freguesia de Calvaria, concelho de Porto de Mós, no dia 31 de Agosto de 1932. Entrou no Seminário de Leiria a 15 de Outubro de 1943. -----

Cursou humanidades e filosofia, no Seminário Diocesano de Leiria, recebendo a ordenação sacerdotal, na Sé de Leiria, a 21 de Setembro de 1957. Continuou os estudos eclesiásticos na Universidade Gregoriana de Roma de 1952-1958. Licenciado em filosofia, veio a concluir o curso de Teologia, que iniciara em Roma, em Salamanca, no ano de 1959. -----

De 1959 a 1961 exerceu as funções de Capelão do Santuário de Fátima e Director da Pia União dos Servitas. Foi Director do Externato Dr. Afonso Lopes Vieira, na Marinha Grande, de

1961 a 1964. De 1964 a 1968 trabalhou em várias paróquias de Paris, França. Fez o currículo para a Láurea em filosofia, no Instituto Católico da mesma cidade. Regressou a Portugal para retomar o cargo de Director do Externato Dr. Afonso Lopes Vieira, de 1968 a 1973. -----

Desde 13 de Fevereiro de 1973 é reitor deste Santuário de Nossa Senhora do Rosário de Fátima, onde desempenha também as funções de Director do Jornal *Voz da Fátima* e do Boletim Internacional *Fátima Luz e Paz*. -----

Foi nomeado Monsenhor/Capelão de Sua Santidade pelo Papa João Paulo II a 14 de Fevereiro de 1983 e a dez de Abril de 1988 nomeado Cónego da Sé de Leiria. Desde 25 de Julho de 2001, é membro do Colégio de Consultores. -----

Cessou funções de reitor do Santuário de Fátima a 25 de Setembro de 2008.” -----

----- Finda a exposição, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal agradeceu, em seu nome pessoal e da Assembleia, todo o trabalho desenvolvido por Monsenhor Luciano Guerra em prol da divulgação de Fátima e de Ourém. -----

A finalizar, foi oferecido a Monsenhor Luciano Guerra a medalha deste Órgão deliberativo assim como uma pequena bibliografia relativa ao concelho de Ourém. -----

----- Tomando a palavra, Monsenhor Luciano Guerra, agradecendo este amável convite, referiu que ao longo de toda a sua vida passada em Fátima, sempre gostou de Ourém, em particular do seu castelo. -----

Foi ainda da opinião de que deveria haver uma maior ligação entre Ourém e Fátima, apelando para que o castelo seja mais aproveitado pelos peregrinos. -----

Por fim desejou que dois mil e dezassete, ano do centenário das aparições, fosse um ano de união e de fundamental importância para a igreja católica, a nível mundial. -----

-----De seguida, a senhora Presidente da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida.-----

01 - PERÍODO DE "ANTES DA ORDEM DO DIA" -----

01.01 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA ACTA Nº05/2008 REFERENTE À SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 2008.07.15. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu à apreciação, do plenário, a acta referida em epígrafe, cujo texto fora, previamente, distribuído a todos os membros da Assembleia Municipal. -----

-----Aberto o período de intervenções, registaram-se os pedidos dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** fez as seguintes observações: na página quatro, segunda linha, onde se lê «...regime de permanência...» deve-se ler «...regime de **não** permanência...»; -----

- na página nove, sétima, oitava e nona linhas deveria constar o motivo pelo qual os membros do Grupo Municipal Democrata Cristão se ausentaram, ou seja, porque não se puderam manifestar neste ponto da Ordem de Trabalhos; -----

- na página dez, décima quarta e décima quinta linhas as expressões «... em breves traços...» e «...de forma clara...» não deveriam figurar pois, no seu entender, a intervenção feita pelo Dr. Henrique Albuquerque não foi breve nem clara, pelo que este último adjectivo deveria ser retirado. -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, relativamente à intervenção atrás proferida, foi da opinião de que o adjectivo «clara» poderia figurar mas a expressão «breves traços» deveria ser retirada porque a exposição demorou cerca de cinquenta minutos. -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, no que respeita à expressão «breves traços», na sua opinião, é um pouco contraditória porque de facto a intervenção foi expositiva, quanto ao facto de ter sido uma exposição «clara» ou não, opinou de que quem não havia entendido deveria ter colocado as dúvidas na altura. -----

= **MARIA AGRIPINA FERREIRA CARRIÇO LOPES VIEIRA** foi da opinião de que no texto da acta não deve constar qualquer palavra ou expressão valorativas. -----

-----**Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu a acta à apreciação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com dois votos contra e três abstenções.** -----

-----De seguida, o membro da Assembleia Municipal, senhor SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO apresentou a seguinte declaração de voto: "Votei contra a acta por não explicitar as razões porque dois deputados se ausentaram da sessão e por incluir expressões valorativas de intervenções que não têm cabimento numa acta." -----

01.02 - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE. -----

-----A senhora Presidente da Assembleia Municipal deu conta da entrada de diversa correspondência, registada no respectivo livro, que passou a ler e que a seguir se especifica: --

-----Ofício do gabinete da Deputada Luísa Mesquita, datado de vinte e um de Julho, do ano em curso, dando conhecimento da sua pergunta formulada ao Governo «Milhares de pessoa do concelho de Ourém não têm médico de família»; -----

-----Ofício do gabinete da Deputada Luísa Mesquita, com data do dia quatro do presente mês de Setembro, dando conhecimento da resposta do ministério da Saúde à pergunta formulada ao Governo «Milhares de pessoa do concelho de Ourém não têm médico de família»; -----

-----Ofício do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, com data do dia nove do presente mês de Setembro, dando conhecimento da resposta do Governo à pergunta que formulou «Falta de médico no centro de saúde de Ourém»; -----

-----Comunicação do Deputado António Ribeiro Gameiro, com data do dia dois do presente mês de Setembro, dando conhecimento do Requerimento apresentado ao Governo sobre «Alteração das condições de Saúde no concelho de Ourém»; -----

-----Ofício da Assembleia Municipal do Porto, com data do dia trinta do pretérito mês de Julho, remetendo o texto da moção aprovada relativa ao «uso das verbas do QREN – Programas Operacionais Temáticos»; -----

-----Ofício da Câmara Municipal, com data do dia vinte e quatro, do presente mês de Setembro, remetendo cópia da circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativa à «contratualização com as Associações de Municípios / NUTS III – programas operacionais regionais». -----

-----**A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

-----Antes de entrar no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos e atendendo ao grande número de pessoas presentes na sala a fim de intervirem no período dedicado ao Público, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal questionou o plenário sobre a possibilidade de alterar a sequência da Ordem de Trabalhos, tendo os Líderes de bancada, com assento neste órgão deliberativo, dado a sua anuência, excepto o Representante do Grupo Municipal do Partido Comunista Português, senhor Sérgio José Ferreira Ribeiro que manifestou a sua abstenção dado entender que seria valorativo o público assistir ao desenvolvimento dos trabalhos deste órgão. -----

----- De imediato, passou-se ao «*Período de Intervenção Aberto ao Público*». -----

02.11 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.-----

-----A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, verificando a presença de público na sala, informou de que poderiam intervir, bastando, para o efeito, proceder à sua inscrição, tendo-se registado as seguintes intervenções: -----

-----GEORGINA MARQUES PEREIRA na qualidade de presidente da Associação de Pais de Casal dos Bernardos, expôs o seguinte: “Venho da parte dos encarregados de educação, principalmente daqueles que, neste momento, estão a usufruir do transporte de crianças do jardim de infância, demonstrar o desagrado face ao valor que terão de pagar mensalmente. Isto porquê? Supostamente a Câmara tem de fazer o trajecto para as crianças do 1º ciclo, não faz qualquer desvio para trazer as crianças do jardim de infância. Nós não achamos justo que as crianças do jardim de infância estejam a pagar o transporte que a Câmara tem que facultar ao 1º ciclo. Já não queríamos de graça, mas um pouco mais barato, se fosse possível. -----
A Câmara também fez o preço igual para todas as crianças, quer para quem faça de manhã e à noite, quer para quem faça só de manhã ou só à noite, igual para toda a gente. Também queríamos pedir, se possível, para aqueles que façam só uma viagem repartir o valor que era o que nós tínhamos antigamente.” -----

-----MARIA GORETI DE OLIVEIRA FERRAZ, em representação dos Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas de Freixianda, apresentou o seguinte documento: “Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ourém, como representante dos encarregados de educação do agrupamento da escola de Freixianda, e tendo 2 crianças de nove anos a frequentar o 1.º ciclo do ensino obrigatório venho colocar-lhe algumas questões sobre alguns assuntos aos quais não consigo ficar indiferente e gostaria de ver esclarecidos. Tendo o Ministério da Educação transferido para os Municípios as atribuições ao nível da implementação de medidas de apoio sócio-educativo, gestão de refeitórios, fornecimento de refeições escolares e seguros e ainda as dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação para pagamento das despesas do que foi referido anteriormente, constam estas afirmações no Diário da República 1º série de 28 de Julho de 2008 no artigo n.º7 1º e 2º ponto, não somos nós que dizemos logo posto esta situação vemo-nos forçados a colocar-lhe a seguinte questão: O que fez este Município às verbas que lhe foram atribuídas para o apoio à Educação? Será sr Presidente que essas mesmas verbas estão a ser mal geridas? Ou foram mal aplicadas? É que não se vê melhorias, e não estamos a falar de valores baixos, pois este valor de 22€ mensais por cada aluno somado por todas as freguesias dará muito jeito para a Câmara fazer alguns pagamentos como por ex a construção do novo edifício desta mesma câmara. Pois é sr Presidente para este município 22€ será simbólico mas para pais com rendimentos mínimos será mais um sacrifício, dentro de outros, pois também não nos diga que os seus funcionários da Câmara também tem que trazer papel higiénico para as casas de banho como nós temos que levar para as escolas dos nossos filhos. É de lamentar que um município que presa tanto pela aparência, deixar a pasta da educação tão mal gerida. Não há um pequeno acto por parte da Câmara para ajudar os pais e os alunos. Pois se querem transportes tem que pagá-los, se querem tempos livres tem que pagá-los, se querem diversão como piscinas tem que pagar. Deve ser bom sr Presidente trabalhar num ambiente de luxo e muito moderno mas já pensou se tivesse aplicado esse dinheiro na educação e realmente naquilo que era preciso, é que os nossos filhos também gostavam de estudar numa escola com todo o conforto como o novo edifício da Câmara.” -----

-----CARLOS OLIVEIRA em representação da Associação de Pais de Rio de Couros expôs o seguinte: “O tema é o mesmo, tendo a ver com os custos mensais do uso dos

transportes, nomeadamente no que diz respeito ao 1º ciclo. Achamos que através dos contratos programas inclui o transporte dos alunos e caso fosse possível para tomar o almoço, isso está incluído, fala mesmo em transportes inclusive. -----

A Câmara não está a colaborar em nada ao não custear o transporte mesmo dos alunos do pré-escolar. Isto é um desincentivo para que os alunos frequentem o pré-escolar, o que deveria ser o contrário. -----

Em assembleia de pais de Rio de Couros decidiu-se que não querem preços menores, decidiram que não pagavam estes custos.” -----

----- Findas as intervenções, o Senhor Presidente da Câmara Municipal expôs o seguinte:

- manifestou o seu desagrado relativamente à forma como a questão foi abordada, principalmente pela segunda interveniente, pondo em causa a autoria da intervenção; -----

- esclareceu que a autarquia, a fim de possibilitar o transporte de todas as crianças, inclusive as do pré-escolar, procedeu à aquisição de um maior número de autocarros, porém, quer as crianças do pré-escolar quer as do primeiro ciclo que residam a menos de três quilómetros da escola, caso optem pelo transporte, terão de despende vinte e dois euros mensais porque, no primeiro caso, o pré-escolar não é considerado ensino obrigatório, no segundo, a imposição da distância decorre da lei. -----

- quanto à falta de papel higiénico nas escolas de Freixianda, esclareceu tratar-se de uma responsabilidade das juntas de freguesia. -----

----- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal informou de que iria diligenciar junto dos responsáveis municipais nesta matéria para que seja providenciada uma reunião a fim de esclarecer as dúvidas sobre o assunto. -----

----- De seguida, retomaram-se os trabalhos desta sessão ordinária, conforme Ordem de Trabalhos previamente estabelecida. -----

01.03 - ACTIVIDADE MUNICIPAL – APRECIACÃO DE UMA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM

DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO DA LEI NÚMERO CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO A BARRA DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO.

----- O Excelentíssimo Presidente da Câmara tomou a palavra para apresentar uma informação acerca da actividade municipal, a qual foi elaborada nos termos e em cumprimento do disposto na alínea e) do número um do artigo quinquagésimo terceiro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e que a seguir se reproduz: -----

Informação: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhores Secretários, -----

Senhores Deputados Municipais, -----

As nossas cordiais saudações em mais esta sessão de trabalho do órgão deliberativo municipal. -----

Passou o período de férias, mas não o momento social que é deveras preocupante e exige que nos concentremos no nosso trabalho, dando cada um o melhor para que consigamos ultrapassar as graves dificuldades em que vive o nosso país e o mundo. -----

Também ao nível municipal passamos por dificuldades que são sobretudo resultado do contexto nacional em que nos integramos e de governação irresponsável e demagógica à qual é urgente pôr termo. -----

Passamos a abordar cada um dos objectivos dos instrumentos de planeamento em vigor para a gestão municipal. -----

1. EDUCAÇÃO -----

Começando pela parte positiva, aprez-nos registar a entrada em funcionamento de dois novos jardins de infância e de uma cantina escolar. -----

Foram investimentos exclusivamente municipais pois que as regras que têm sido estabelecidas para o QREN não admitem este tipo de investimento. Foi gerada a expectativa de que o investimento seria elegível e, com esse pressuposto, avançámos com os investimentos.

Durante o “jogo”, alteraram as regras. -----

Exige-se hoje uma excessiva concentração de alunos que, no nosso entender, não faz qualquer sentido, atendendo à idade das crianças da educação pré-escolar e do primeiro ciclo do Ensino Básico. -----

É grave o que se está a passar. -----

O governo quer transferir para os municípios algumas competências, sem resposta objectiva para alguns problemas sérios. A parte impopular transfere-se para os municípios. -----

A título de exemplo, uma escola com duas salas e quarenta crianças não tem direito a ter uma auxiliar para acompanhar o tempo de refeições e actividades de complemento curricular. -----

Neste clima de penúria, o governo dá computadores (ou será que não dá e antes arranja mais umas coisas para os portugueses pagarem a algumas empresas?!). -----

Somos defensores da transferência de competências respeitantes ao pessoal auxiliar e instalações dos 2º. e 3º. ciclos do Ensino Básico, mas não chegámos ainda a acordo sobre o contrato a celebrar com o Ministério da Educação. -----

Estando criadas as condições para a contratualização do Plano de Acção do Médio Tejo, no âmbito do QREN, estamos em condições de preparar os investimentos em Centros Escolares.

Da proposta que apresentámos, consta a construção, até 2010, de quatro centros escolares, dois em Fátima, um em Ourém e outro em Freixianda. -----

O ano lectivo arrancou, com uma organização muito complexa que tem a ver com toda a problemática dos transportes e fornecimento de refeições. -----

Julgamos que esta é uma fase de mudança que pode ter alguma turbulência, mas que estabilizará ao longo dos próximos meses. -----

2. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

Decorre com normalidade o programa cultural do concelho. -----

Conforme já referimos, foi aprovado o Plano de Acção do Médio Tejo que dará lugar à contratualização de fundos do QREN. -----

Apraz-nos dar conta a V.Exas. de que este Plano de Acção vai permitir-nos um importante investimento na área cultural. Anexamos a listagem resumo dos projectos incluídos para o concelho de Ourém. -----

Aproveitando os edifícios escolares devolutos, estamos a celebrar protocolos com as Juntas de Freguesia para a sua utilização com finalidade cultural. -----

No âmbito escolar, vamos proporcionar a todas as crianças do concelho o acesso às piscinas municipais ou, no caso de Fátima, às piscinas do Centro de Estudos de Fátima, mediante protocolo. -----

Sobre a utilização de equipamentos culturais e desportivos, vamos reunir com alguns dos municípios vizinhos com o objectivo de estabelecermos protocolos de colaboração, de modo a atingirmos os melhores resultados, da forma mais cómoda para a população e com menores custos. -----

Referindo-nos ao património, destacamos que, também no âmbito do Plano de Acção do Médio Tejo, está assegurado o financiamento para a intervenção no castelo. -----

A Fundação da Casa de Bragança, em reunião ocorrida a 18 de Julho, assegurou o financiamento do projecto que está em elaboração. -----

No passado dia 23 de Setembro, contactámos o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, entidade que tem o trabalho elaborado pela extinta DGEMN, com o objectivo de obter apoio para esta e outras necessidades de reabilitação urbana. -----

Só haverá apoio se pagarmos. Grande ajuda do governo para uma intervenção no castelo que, por coincidência, não é propriedade da Câmara Municipal e é monumento nacional! -----

Apesar das dificuldades, creio que vamos conseguir. -----

Ainda sobre património, estamos a negociar com os proprietários do terreno envolvente da capela de S. Sebastião a cedência de terreno pois que a área que nos foi cedida com o imóvel é demasiado exígua. -----

Está quase assegurada a cedência de cerca de 3.000 metro quadrados para criarmos um parque de lazer na envolvente da capela que será integrada em circuito turístico no qual se pretende a ligação a Aljubarrota pois por ali passaram as tropas de D. Nuno Álvares Pereira. ---

Referindo-nos a esta personagem que foi terceiro conde de Ourém e que vai ser canonizado, damos conta a V.Exas. de que estamos empenhados em estabelecer protocolo de colaboração com a Fundação Histórico-Cultural Oureana de modo a criar, na Cidade Velha de Ourém, espaços museológicos associados ao novo santo. -----

3. ACÇÃO SOCIAL -----

A Câmara Municipal continua a apoiar a actividade das associações do concelho e a intervir no âmbito da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. -----

4. SAÚDE -----

No âmbito da saúde, este concelho vai de mal a pior. -----

Trazemos ao conhecimento de V.Exas. cópia da comunicação do Sr. deputado António Gameiro que é também deputado municipal. -----

Pede-nos que dele demos conhecimento a todo o executivo. Entendemos também trazê-lo a esta assembleia para dizer ao ponto a que chega a desfaçatez. -----

É a técnica utilizada também pelo governo: distrair as pessoas do verdadeiro problema. -----

O concelho não se está a queixar das instalações, Sr. deputado. -----

Os ourensenses estão a queixar-se do mau funcionamento do serviço. -----

Estão a fazer como o médico que, perante a queixa de uma dor num pé, promete que vai mandar fazer uma radiografia da mão. -----

Resolvam os nossos problemas e não inventem nem distraiam as pessoas, nem mesmo com os casamentos gay, por cá ... -----

A Câmara, mesmo sem ser da sua competência, fez instalações adequadas para o Centro de Saúde em Freixianda e tem agora assegurado o financiamento dos edifícios multiusos de Caxarias e Vilar dos Prazeres que contemplam também instalações para esta área. -----

Precisa o povo deste concelho que usem bem as instalações existentes e as que vamos construir pois isso não está a acontecer. -----

5. HABITAÇÃO E URBANISMO -----

Decorreu o período de discussão pública do Plano de Pormenor da Av. Papa João XXIII. -----

As reclamações e sugestões estão em apreciação. -----

Os investimentos principais, nomeadamente o túnel e a requalificação da Av. D. José Alves Correia da Silva, vão ser integrados em candidatura a apresentar até 24 de Outubro próximo ao Programa de Parcerias para a Regeneração Urbana. O investimento previsto é de cerca de 23 milhões de Euros, excluindo expropriações. -----

As candidaturas apresentadas para Fátima e Ourém, no primeiro concurso, não foram aceites. Vão agora ser reformuladas, sendo que, no concurso que está a decorrer, só será aceite uma candidatura por concelho e somente para as cidades elegíveis, de acordo com o PNPOT. -----

Ainda neste âmbito, a Câmara vai celebrar, a curto prazo, contrato-programa com a SRUFÁTIMA para beneficiação da estrada de Minde. -----

O projecto está em fase de conclusão e pretendemos que a obra possa desenvolver-se a partir do final do corrente ano. -----

Iniciámos reuniões com os municípios vizinhos de Ourém destinadas a obter adequada articulação do planeamento do território, uma fase que se inicia com as revisões dos PDM e que nos parece ser propícia para resolver algumas discrepâncias sobre os limites dos concelhos e incoerências de planeamento. -----

A primeira reunião ocorreu com a Câmara Municipal de Batalha. Depois disso, reunimos já também com as Câmaras de Torres Novas e Alvaiázere. -----

As reuniões já ocorridas, sobretudo a última, trouxeram-nos a ideia de abordarmos também a possibilidade de cooperação a outros níveis, conforme já acima referido. -----

6. SANEAMENTO E SALUBRIDADE -----

A Câmara está a preparar alguns estudos com os quais pretende criar condições para uma decisão próxima sobre o modelo de funcionamento do sistema de saneamento do concelho e financiamento dos investimentos em redes. -----

Os sistemas de saneamento e de recolha e tratamento de resíduos estão a atingir preços inoportáveis que a Câmara não pode pedir aos munícipes. -----

Sendo os municípios minoritários nos diferentes sistemas, estamos completamente dependentes de decisões de entidades que pouco preocupadas estão com a economia dos cidadãos. -----

A respeito de tudo e de nada se criam novas taxas sem a mínima preocupação sobre a possibilidade das pessoas as pagarem. -----

Através do Plano de Acção do Médio Tejo, estamos a procurar financiar um Centro de Valorização Ambiental em Fátima, com canil e eco-centro. -----

Pretendemos instalar este centro nas instalações adquiridas pela Câmara em Montelo. -----

7. PROTECÇÃO CIVIL -----

É preocupante a situação respeitante à segurança, sem que se vejam medidas eficazes. -----

Não se trata só de ameaças ao presidente da Câmara a quem o Estado, através dos seus agentes, se limita a dizer que tem que ter cuidado. -----

É tudo o que diariamente se passa sobre a insegurança de pessoas e bens em clima de impunidade. -----

Só vemos medidas que embaraçam a vida aos bens comportados e deixam em completa liberdade os malfeitores. -----

A situação respeitante às forças de segurança que servem o concelho é um bom exemplo da inoperância e má gestão do Estado, melhor dito, do governo, dos sucessivos governos. -----

Já expusemos o assunto dezenas de vezes. Resultados, são nulos. -----

Cumpre-nos informar V.Exas. de que a Câmara deliberou candidatar-se à constituição de uma EIP – Equipa de Intervenção Permanente para a área do concelho. -----

Trata-se uma equipa de bombeiros permanente que ficará sediada em Ourém. -----

Esta evolução resulta do facto de, no período normal de trabalho, ser cada vez mais difícil assegurar a disponibilidade de bombeiros em regime de voluntariado. -----

Em audiência com o Sr. Secretário de Estado da Protecção Civil, apresentámos a absoluta necessidade de se obter financiamento para as novas instalações dos Bombeiros de Fátima e para a Central Única do Serviço Municipal de Protecção Civil. -----

O projecto está em elaboração e também o plano de pormenor que viabilizará a localização do quartel dos bombeiros de Fátima. -----

8. DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO E ABASTECIMENTO PÚBLICO -----

A concessão efectuada pelo Município de Ourém do sistema de abastecimento de água é bem o exemplo da vantagem de soluções inovadoras em termos de parcerias. -----

Enquanto outros municípios nossos vizinhos andam preocupados na obtenção de financiamentos para o sistema de abastecimento de água, o Município de Ourém tem em curso um plano de investimentos que é auto-suficiente e nos deixa os fundos comunitários para outro tipo de projectos. -----

Sendo uma concessão, é o Município que dispõe dos mecanismos de acompanhamento e intervenção sobre os sistemas e a concessão. -----

A Câmara de Ourém tem sido inovadora neste tipo de soluções e julgo que também agora, com as parcerias público-privadas isso vai acontecer com grandes vantagens para o concelho. -----

A Câmara Municipal está a trabalhar num projecto de cooperação com os municípios de Tomar, Abrantes, Torres Novas e Entroncamento, visando apresentar um dossier de candidatura ao programa do QREN de Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação. -----

A Comissão Instaladora da Área Regional de Turismo de Leiria-Fátima está em funcionamento.

Aguarda-se a aprovação dos estatutos da nova entidade para os submeter às diversas entidades, entre as quais estão as Câmaras Municipais que os deverão submeter às Assembleias Municipais. -----

No próximo dia 27 de Setembro, Dia Mundial do Turismo, vamos pôr em funcionamento o sistema de visitas à Cidade Velha de Ourém com o sistema de áudio-guias que inclui também nova sinalética. -----

Renovamos aqui o convite para que estejam presentes. -----

Conforme já referimos, através do QREN, está assegurado o financiamento da intervenção no castelo. Pensamos que será também possível a intervenção no espaço da Junta de Freguesia para requalificação em auditório. -----

Será um investimento de grande relevância para o desenvolvimento turístico do concelho. -----

Importante também é o investimento no Agroal que está a decorrer com algum atraso relativamente ao previsto. -----

9. COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES -----

A Câmara prossegue com o seu programa de trabalhos por administração directa, na conservação da rede viária e na beneficiação da rede viária municipal. -----

Destacamos que, também através do QREN e do Plano de Acção do Médio Tejo, está assegurado o financiamento para a beneficiação da Estrada Nacional desclassificada 113-1 que liga a Olaia a Chão de Maçãs, passando por Seiça. -----

Houve muitas dificuldades para a inclusão de estradas que levaram a que só tenhamos conseguido incluir uma via de baixo montante de investimento. -----

Estamos a reformular o projecto de fundações do novo terminal rodoviário que deverá ser incluído na nossa candidatura ao programa de Parcerias para a Regeneração Urbana. -----

10. DEFESA DO MEIO AMBIENTE -----

Nada de relevante temos a apontar neste domínio. -----

11. INSTALAÇÕES E SERVIÇOS MUNICIPAIS -----

As obras do novo edifício dos Paços do Concelho caminham rapidamente para a sua conclusão. -----

Está a decorrer o concurso para o mobiliário e decoração, além de procedimento para intervenção na rede viária envolvente. -----

Como é já do conhecimento de V.Exas. foi já publicada a nova legislação sobre o associativismo municipal, nos termos da qual nos deveremos integrar na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo. -----

A AMLEI, nos termos do mesmo diploma, converte-se em associação de municípios de fins específicos. -----

Damos conta a V.Exas. de que preparámos uma estrutura de acompanhamento do sector empresarial municipal que é já muito vasto e envolve actividades de grande relevância. -----

Esta relevância vai acentuar-se com as novas responsabilidades que se pretende atribuir às empresas municipais. -----

Sra. Presidente, -----

Senhores Deputados, -----

Esta é a informação mais relevante que preparámos, ficando naturalmente à disposição de V.Exas. para os esclarecimentos que queiram solicitar-nos.” -----

----- O senhor Presidente da Câmara apresentou ainda os seguintes documentos – (vide processo devidamente arquivado): -----

----- Situação económica e financeira da autarquia em 31 de Agosto de 2008; -----

----- Relação de processos judiciais; -----

----- Cópia da comunicação do Senhor Deputado António Gameiro sobre «Alteração das condições de saúde no concelho de Ourém». -----

----- De seguida, aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO** expôs o seguinte: -----

- tendo por base o ponto número quatro da Informação atrás transcrita, referiu não compreender onde existe de facto o problema, se na falta de médicos ou se na qualidade dos serviços prestados, já que o Senhor Presidente da Câmara ora invoca um ora outro. -----

Referiu ainda que a questão prende-se com a carga horária que recai sobre cada médico que é excessiva inviabilizando a realização de um trabalho positivo, sendo que por esta razão, o Governo já anunciou a vinda de mais dois médicos para o concelho, a partir do dia um de Outubro, estando também já resolvida a questão do Olival; -----

- no que respeita ao Plano Director Municipal, solicitou esclarecimentos, dado que o mesmo já foi posto à discussão pública há algum tempo mas, até ao momento, não foi prestada qualquer informação; -----

- atentando no artigo no jornal «Notícias de Ourém no pretérito dia dezanove e assinado pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal, citou o seguinte parágrafo «*Em colaboração com os agrupamentos, irá também investir cerca de meio milhão de euros no enriquecimento curricular de dois mil e cinquenta alunos do 1º Ciclo, possibilitando-lhes o acesso ao inglês, ao desporto, à música, à animação sócio cultural.*», questionando se o Senhor Presidente da Câmara concordava com o que estava escrito pois, tanto quanto sabemos, as actividades referidas são custeadas pelo Ministério; -----

- por fim, salientou o apoio dado aos municípios pelo presente Governo nas áreas da educação, como seja a construção dos centros escolares e bem assim da solidariedade, como são os investimentos na âmbito do programa PARES. -----

= **MANUEL LOURENÇO DIAS**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Rio de Couros, pretendeu esclarecimentos acerca das obras de reparação previstas para o jardim-de-infância de Sandoeira, anunciadas há algum tempo. -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** solicitou informação sobre a Lei número quarenta e cinco barra zero oito, de vinte e cinco de Agosto, sobre a temática do associativismo municipal e que o Senhor Presidente da Câmara apenas aborda de forma muito subtil no último ponto da sua Informação. -----

= **MARIA NATÁLIA SOUSA FREIRE NUNES**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, manifestou a sua preocupação face à escassez de recursos tanto humanos como materiais na GNR – Guarda Nacional Republicana de Ourém, o que fragiliza as condições de segurança dos cidadãos. -----

= **JOSÉ MARIA HENRIQUES DE SOUSA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Olival, salientou que o problema relativo à falta de médico na freguesia, ao contrário do que o membro deste órgão António Gameiro referiu, não está resolvido, pois apenas há médico três dias por semana, sendo que nos outros dias, os utentes terão de se deslocar ao Centro de Saúde de Ourém. -----

= **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO** solicitou informação acerca da Carta para a Igualdade que foi aprovada por este órgão há algum tempo e até ao momento não houve mais nenhuma informação sobre a mesma. -----

----- Tomando a palavra o Senhor Presidente da Câmara esclareceu o seguinte: -----

- no que respeita à intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor António Ribeiro Gameiro, nomeadamente à questão sobre o estado da saúde no concelho, referiu que a vinda de mais dois médicos não resolve a situação do concelho que considera gravíssima, tendo tendência a piorar. -----

----- Sobre este assunto, solicitando a palavra, o membro da Assembleia Municipal, senhora Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva expôs o seguinte: “Onde não há médico, é em Ourém, na sede, que tem dois médicos. -----

Quanto à contratação dessa empresa, foi contratada pelo Estado e ao que sei, a única exigência que fez nesse contrato de concurso público, não era a qualidade dos serviços médicos mas sim, a empresa que fizesse mais barato. E foi com base nesse fundamento, que foi contratada a empresa que vai prestar os cuidados. -----

Em relação aos dois médicos, eles são dez porque são cinco dias úteis e são dois médicos para fazer o apoio da manhã do Atendimento Complementar do Centro de Saúde – de segunda a sexta, no período da manhã. Não estão destinados a ir para nenhuma extensão do Centro de Saúde, todo o resto fica entregue aos pobres médicos do Centro de Saúde que continuam a «tapar buracos», a fazerem-se transportar de um lado para o outro. -----

Gostava que toda a Assembleia Municipal fizesse muita pressão sobre o deputado António Gameiro para que ele fizesse pressão a nível da Assembleia da República, porque os cuidados prestados no Atendimento Complementar deste centro de saúde, são vergonhosos, assim como os cuidados em muitas extensões do Centro de Saúde, porque eu já assisti a colegas a atenderem dois doentes ao mesmo tempo e foi-nos dito para nós «despacharmos» os doentes o quanto mais depressa melhor. Nós temos que ver é os doentes, não interessa a qualidade mas sim a quantidade. -----

Enquanto for médica não poso calar-me com isto.” -----

----- Retomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara passou a esclarecer: -----

- relativamente à questão exposta pelo membro da Assembleia Municipal, senhor António Ribeiro Gameiro sobre o Plano Director Municipal, informou de que, quando a Câmara Municipal havia deliberado iniciar o período de revisão do citado Plano, a lei do enquadramento dos instrumentos de gestão territorial foi alterada e dessa forma, a curto prazo, a Câmara apresentará uma proposta contendo um conjunto de correcções ao Plano Director Municipal que não necessitam do processo de revisão; -----
 - no que respeita ao comentário alusivo ao texto produzido pela Senhora Presidente da Assembleia Municipal e publicado no jornal, referiu desconhecer o seu conteúdo, no entanto, julga que a intenção não foi de iludir a questão. -----
 - quanto à questão colocada pelo senhor Presidente de Junta de Rio de Couros, referiu que o projecto da obra do jardim de infância já está concluído, faltando somente o das especialidades que está praticamente finalizado, advertindo para as alterações que se foram registando com o passar do tempo, ou seja, presentemente as crianças já são menos e por isso verifica-se a necessidade de reflectir sobre o assunto; -----
 - relativamente à intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor Sérgio José Ferreira Ribeiro, referiu acreditar nas comunidades intermunicipais, dado possuírem virtualidades que possibilitam o desenvolvimento de um trabalho positivo entre municípios; -----
 - no que respeita à questão formulada pelo membro da Assembleia Municipal, senhora Joana Luísa Abreu de Figueiredo, foi da opinião de que o conceito de Igualdade passa também pela diligência no sentido de facultar o transporte escolar assim como as refeições às crianças das aldeias mais longínquas do concelho. Já o sentido específico inerente à carta de Igualdade, informou de que ainda não houve possibilidade de se debruçar sobre o mesmo. -----
- De seguida, passou-se de imediato ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

01.04 – INTERVENÇÕES DE INTERESSE LOCAL OU DECLARAÇÕES POLÍTICAS GERAIS. -----

- Após período prévio de inscrições, registaram-se as seguintes intervenções: -----
- Tomando a palavra, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal apresentou o seguinte voto de pesar: “No final do mês de Agosto, Ourém e posteriormente todo o país foram

abalados por uma triste e dramática notícia. O empresário António Figueira, presidente do grupo Mosqueteiros e dono do Intermarché de Ourém tinha morrido. -----

A sua morte ocorreu em trágicas circunstâncias, as quais ainda hoje continuam nebulosas. Sem querermos entrar no porquê da violência a que foi sujeito, isso será, assim o esperamos, decifrado e explicado pela Polícia Judiciária, gostaríamos hoje, nesta Assembleia prestar a nossa homenagem a este jovem empresário que sem ser oureense de berço, era-o, no entanto, de coração. -----

A sua vontade de vencer na Vida, está bem patente nas empresas de Ourém e Marinha Grande e Leiria que ele alimentava com inteligência, trabalho, inovação, perseverança e justiça social. -----

Num cenário, em que as pessoas se classificam a si mesmas entre os que fazem realmente acontecer as coisas, os que vêem acontecer as coisas e os que não fazem nem vêem acontecer as coisas, António Figueira estava sem qualquer dúvida no primeiro grupo. -----

Vivia o presente de forma exigente e apaixonado pelo que fazia. -----

No mundo complexo e competitivo à escala global em que as empresas estão hoje expostas, só consegue sobreviver e vencer quem tem vontade e disponibilidade para aprender a enfrentar novos desafios, quem manifesta uma constante adesão não só à mudança como também ao combate ao conformismo e aos hábitos do passado. -----

Com o seu querer, o seu saber como fazer e o seu fazer, conseguiu fidelizar um número sempre crescente de clientes que lhe permitia o crescimento sustentado das suas empresas. --

Para António Figueira, que transformou o risco em vitória, que não só contribuiu de forma decisiva para o desenvolvimento da nossa região e para a melhoria das condições de vida de muitas famílias do nosso concelho, como também em paralelo colaborou e apoiou com entusiasmo os nossos Bombeiros, a Ambo, a Juventude Oureense e instituições de solidariedade, aqui fica o nosso enorme respeito pela sua memória e um humilde obrigado pela grandeza da sua coragem. -----

À sua família, de forma muito especial, a sua esposa e filhas, a Assembleia Municipal de Ourém apresenta os mais sentidos pêsames e propõe um voto de pesar pela prematura morte deste amigo de Ourém.” -----

----- **Submetido a votação do plenário, foi este voto de pesar aprovado por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

----- A Senhora Presidente da Assembleia Municipal, apresentou ainda o documento que se passa a transcrever: “ANO LECTIVO 2008/2009 -----

Chegados ao final do período de férias, recomeçou a azáfama de mais um ano escolar, envolvendo alunos, professores e pessoal não docente. -----

Para que o ano lectivo se iniciasse de forma regular, houve necessidade de envolver muitas outras pessoas e entidades que, mesmo durante as férias escolares, tiveram que dar o seu melhor na preparação do ano lectivo. São disso exemplos os vários serviços do Ministério da Educação, as autarquias, com responsabilidades cada vez mais significativas, instituições particulares de solidariedade social, associações de pais e encarregados de educação e empresas municipais que prestam serviço nesta área. -----

No concelho de Ourém, o início do ano lectivo de 2008/2009 fica marcado pela recente inauguração de três estruturas educativas, designadamente o novo Jardim de Infância de Atougua (a 20 de Julho de 2008), cantina escolar de Seiça (a 12 de Setembro) e Jardim de Infância do Cercal (a 14 de Setembro, integrado no Multiusos daquela freguesia, que integra a sede da Junta e outros espaços). -----

A reorganização escolar, motivada por novas exigências educativas e pela diminuição do número de alunos, motivou também a suspensão de três escolas do 1º ciclo (Casalinho – Casal dos Bernardos, Amoreira – Fátima e Zambujal - Atougua), conduzindo à concentração dos alunos nas escolas de acolhimento. -----

Por proposta da Autarquia, apresentada há alguns anos à Equipa Coordenadora de Apoios Educativos, começou a funcionar, na Escola dos Monfortinos – Fátima – a sala TEACCH, para crianças portadoras de autismo. -----

Em devido tempo, foi efectuada a candidatura ao programa de Refeições escolares para as crianças do 1º ciclo, estando o sistema a funcionar em todo o Concelho de Ourém, com a colaboração de IPSS, Associações de Pais e Verourém, EEM. Também o programa de Serviços de Apoio à Família para a Educação Pré-Escolar continua a funcionar nos moldes que

já se tornaram habituais, mas que requerem sempre grande trabalho preparatório por parte de todas as entidades envolvidas, nomeadamente na organização das inscrições. -----

As Actividades de Enriquecimento Curricular, envolvendo a totalidade das turmas do 1º ciclo (108) e dos alunos (2050), obrigou à preparação da candidatura, celebração de protocolos (Agrupamentos de Escolas, INSIGNARE, Ourearte e Conservatório de Música de Ourém), à elaboração de horários (este ano levada a efeito pelos Agrupamentos) e à contratação de professores para todas as disciplinas previstas (Ensino do Inglês, Ensino da Música, Actividade Física e Desportiva e Animação Sócio-Cultural). Estas actividades iniciaram-se este ano no primeiro dia de aulas (15 de Setembro), tendo em conta que a aprovação da candidatura foi recebida alguns dias antes. O trabalho preparatório deste programa envolveu a realização de reuniões de coordenação com todos os intervenientes, em cada um dos 4 agrupamentos de escolas. -----

A alteração da Lei que define as condições de realização dos transportes de crianças veio obrigar a uma profunda alteração do funcionamento dos transportes escolares. Perante a necessidade de cumprimento dos normativos legais, a autarquia adquiriu mais 8 mini-autocarros, para além dos 4 que já possuía, a fim de garantir o transporte das crianças em segurança. Para operacionalizar o sistema, foi necessário contratar mais 8 motoristas e mais 10 acompanhantes. O funcionamento do novo sistema de transportes iniciou-se também no primeiro dia de aulas, sendo necessário afinar pormenores decorrentes do número de alunos a transportar, informação que só foi possível obter após o início das aulas. Para os alunos cuja escola foi suspensa ou que residam a mais de 3 quilómetros da escola que frequentam o transporte continua a ser gratuito. Para as crianças do Pré-Escolar (escolaridade não obrigatória) e do 1º ciclo sem direito a transporte nos termos do DL 299/84, há lugar a pagamento, de acordo com os valores definidos, bastante abaixo do custo real (0,065€ por km, por criança). Os transportes dos alunos do 1º ciclo para as piscinas, no âmbito das Actividades de Enriquecimento Curricular, são integralmente suportados pela autarquia. -----

No âmbito da acção social escolar, foi publicado, a 11 de Agosto de 2008, o Despacho nº 20956/2008, que veio criar muitas dúvidas, levando os pais e encarregados de educação dos alunos a uma verdadeira correria em busca de informação concreta, que ninguém tem ainda condições para esclarecer. De facto, os processos de candidatura a auxílios económicos

tinham sido iniciados, como habitualmente, antes do final do ano lectivo de 2007/2008 (Maio-Junho). Para além disso, os pais foram contactados pela Segurança Social, apresentando-lhes documentos comprovativos do escalão em que os alunos se situam e ficaram atónitos, sem saber muito bem para que servia esse documento, já que muitos deles nem sequer se tinham candidatado aos auxílios económicos. -----

Perante as dúvidas surgidas, foram contactadas a Associação Nacional do Municípios Portugueses e a DRELVT, aguardando-se que sejam esclarecidas as seguintes dúvidas: -----

- O Despacho do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação tem aplicação a todo o país ou apenas à área da DRELVT, como o mesmo refere (Artº 1º); -----

- Se a alínea a) do Artº 1º se refere a “alunos dos ensinos básico e secundário”, como se explica a ausência do correspondente quadro relativo ao 1º Ciclo nos Anexos? O 1º ciclo não faz parte do ensino básico? -----

- Se o Despacho se referir também ao 1º ciclo do ensino básico, como é garantido às autarquias o financiamento acrescido necessário ao substancial reforço de meios preconizado para os apoios? -----

Perante todas as questões suscitadas pelo diploma legal em referência, continua a aguardar-se esclarecimento por parte do Ministério da Educação, a fim de poder definir-se o caminho a trilhar em matéria de auxílios económicos. -----

O ano lectivo iniciou-se, com a azáfama habitual, cada vez mais azáfama, com o empenho e entusiasmo de todos, a construir um futuro para os nossos cidadãos do futuro. Para todas as crianças, fazemos votos de que cresçam em sabedoria, de forma integral, com “mente sã em corpo são” e com o entusiasmo de que o país precisa para rasgar novos horizontes. A todos os outros intervenientes, sobretudo aos docentes, fazemos o apelo ao desenvolvimento entusiástico da missão nobre que lhes cabe, com vigor, sem desfalecimentos, na certeza de que, mais tarde ou mais cedo, o seu esforço há-de ser reconhecido, nem que seja apenas na memória daqueles cujo futuro ajudaram a desbravar. Com o aumento vertiginoso da carga de trabalho, que a todos vai sendo exigida, esperamos vivamente que ainda reste algum tempo aos professores para DAR AULAS.” -----

----- Neste momento, ausentou-se o membro da Assembleia Municipal, senhor Avelino da Conceição Subtil. -----

----- De seguida, intervieram os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES** apresentou a seguinte declaração: “Muito boa tarde a todos os presentes. -----

Continuamos, com cada vez mais frequência, a ouvir a oposição dizer que nada se faz neste concelho e a apregoar a grande generosidade do Governo PS para com as gentes de Ourém. É a estratégia que antecede eleições. -----

Quanto a tamanha generosidade, temos pena que ainda não tenha saído do papel e mais não vale a pena dizer. -----

O que de facto é certo são as concretizações de velhas aspirações de freguesias deste concelho, fruto do esforço da Câmara Municipal. Senão vejamos. Desde a última Assembleia Municipal foram inaugurados e colocados ao dispor da população mais três projectos. -----

O moderno Jardim de Infância de Atouguia com três salas de aula, refeitório, mediateca e sala polivalente, é uma realidade em funcionamento já neste novo ano lectivo. Foi inaugurado associado à comemoração dos 75 anos da freguesia que aproveitamos para felicitar e à qual desejamos longos anos de prosperidade. -----

Também com entrada em funcionamento neste início de ano lectivo ficou a cantina de Seiça, um espaço bastante amplo e que poderá servir para outro tipo de actividades. -----

Saliento de forma especial a inauguração, há cerca de 15 dias, do Edifício Multiusos de Cercal. Finalmente foi concretizada a aspiração de uma sede para a Junta de Freguesia. O bonito edifício contempla para além de todas as salas afectas à Junta de Freguesia, o Jardim de Infância com duas salas e refeitório, uma sala polivalente e outros espaços para utilização por outras forças vivas da freguesia. Estão de parabéns, realçando ainda que a localização deste projecto foi de facto muito feliz. -----

Convém salientar que nenhum destes edifícios com utilização escolar teve apoio deste Governo PS inclusive de verbas do QREN, isto porque suas excelências decidiram que só apoiavam complexos escolares integrados, quando anteriormente as indicações que existiam eram de que essas escolas deveriam constar na Carta Educativa, exigência que foi cumprida. Mudar as regras a meio do jogo é algo a que já nos habituamos mas que tem prejudicado muito este concelho. Por outro lado, os atrasos sistemáticos de implementação do QREN que hipoteticamente deveria estar em funcionamento desde 01 de Janeiro de 2007 encontram-se a

prejudicar gravemente este país. As regras, Sr. Deputado António Gameiro, desde essa data, há quase dois anos, que deveriam estar definidas, não era agora. E ainda há ministros do actual Governo que se dão ao luxo de não querer atribuir subsídios, dizem eles para “não sermos subsídio-dependentes”, devolvendo milhões de euros anualmente à Comunidade Europeia, quando todos os outros países recebem esses mesmos subsídios. Como é que podemos ser competitivos com outras economias que podem ser subsídio-dependentes mas não se importam? -----

Certo, certo, são os investimentos que continuam a ser feitos pela Câmara Municipal e que envolvem um grande esforço financeiro.” -----

----- Neste momento, ausentou-se o membro da Assembleia Municipal, senhora Ana Maria Pio da Costa Abreu de Sousa e Silva. -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** apresentou o seguinte documento: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal -----

Senhor Presidente da Câmara e senhores vereadores -----

Caros profissionais da comunicação social, Público presente -----

Caros colegas, -----

Da última sessão para esta, no curto espaço de dois meses, para mais com Agosto pelo meio, o que então me levou a falar do «horror económico», citando Forrestier e Rimbaud, confirmou-se e agravou-se. -----

Há grandes bancos estado-unidenses que se nacionalizam (e não por boas razões...), há seguradoras de dimensão transnacional que vão à falência, há injeções de dinheiro dos bancos centrais, como quem mete para a veia de drogados mais droga como se isso pudesse ajudar à recuperação do que está doente, muito doente. -----

O capitalismo está em crise, em grave crise. Não que augure o descalabro, a hecatombe. Não. O sistema tem mais fôlegos que o gato mais resistente e há formas de o fazer sobreviver, e de preservar os interesses cada vez mais polarizados, mais concentrados, formas que, se assustam – e muito – se sabe também que há próceres que não recuarão perante o seu uso, mesmo que isso ponha em risco a Humanidade. -----

Existe latente um ambiente que chega a aproximar-se do **desespero**. Nos cidadãos e famílias que se endividaram para ter acesso à satisfação de necessidades que – quantas vezes? – lhes

foram artificialmente criadas e para que os salários nunca são suficientes e cada vez menos; nos pequenos e médios empresários que menos vendem e que mais tempo, e cada vez mais, levam a receber o que teriam conseguido vender, além de que a novidade dos pagamentos por conta não perdoa e os juros e outras alcavalas só aumentam. -----

Há que encarar, com seriedade e realismo uma situação em que as vítimas – como os culpados – são os do costume. Mas em situação muito agravada porque são mais as vítimas, embora em muitos casos em adiamento, e menos os culpados, ou beneficiários. Há que mudar o rumo da economia! -----

Não é por via de engenharias e arquitecturas financeiras (com negócios e parcerias como panaceias) que lá vamos. -----

Sobre a «nossa terra» deixo, nesta intervenção, três apontamentos: -----

Um, de lamento e protesto – a escola do Zambujal parece que vai fechar e porque a Câmara assim o quer pois a DREL até nomeou professores. Invoquem-me os argumentos que se quiser. Nada calará a revolta por ver mais um passo para a desertificação e transformação em dormitório do que era uma aldeia; nada calará o desgosto de quem assistiu à alegria do içar da bandeira nacional no posto escolar do Zambujal, há uns 60 anos, pelo miúdo que era o Xico Santo Amaro e o meu pai, que andara pelas escolas da Vila (dos Castelos), do Vale da Perra e da Atouguia a chorar de alegria; -----

Segundo, relativo ao Cercal e à Atouguia, às freguesias congratulando-me com as melhorias, com o que de novo e melhor foi inaugurado, lamentando o esquecimento inexplicado da capela de S. Sebastião durante décadas e agora parece estar a ser lembrado por obra e graça de D. Nuno; -----

Terceiro, relativamente ao nosso abastecimento de água. Queria saber se este papel!, recebido pelos consumidores com a última factura e recibo teve conhecimento e aprovação da Câmara? E aproveito para dizer que, tendo desenvolvido o que foi trabalho jornalístico sobre as despesas médias por família em 2007, no distrito de Leiria, o concelho de Ourém não fica «bem na fotografia»: em 17 concelhos é o 13º em despesa para os consumidores do escalão mais baixo (60m3) quase 30% acima da média, mas já não o é para o um 2º escalão (120m3), em 10º e acima 5,4% em relação à média, e menos ainda para o escalão mais elevado (180m3), o 9º lugar e apenas 1% acima da média. -----

Por último, e para não acabar com a secura dos números, apesar de serem sobre a água, termino dizendo que tudo na política (Obama e MacKein, PSD e PS) me fazem lembrar um poema de Zé Gomes Ferreira, como sempre cheio de pontaria e genialidade: -----

«Democracia é alternância» -----

repetiu de novo a embalar o tédio, -----

um senhor de sonho espesso. -----

Como se fosse possível! – ó glória! ó ânsia! -----

construir um prédio, -----

mudando de vez em quando -----

os mesmos tijolos do avesso.” -----

= **NUNO MIGUEL NEVES DOS PRAZERES** expôs o seguinte: “Exma. Sra. Presidente da Assembleia Municipal -----

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ourém -----

Srs. Vereadores -----

Profissionais da comunicação social e publico presente: -----

Uma vez que alguns pais do concelho, e não só, que têm filhos a estudar em Fátima, nomeadamente no Colégio de S. Miguel, me abordaram acerca da não existência de passeios nas ruas de acesso a este estabelecimento de ensino. Sabendo que diariamente passam nestas artérias centenas de crianças e que estas ruas não têm as mínimas condições de segurança para os peões nem para os automobilistas, pergunto a V. Exa. se existe algum plano e prazo para a requalificação desta zona.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, na qualidade de Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, apresentou o seguinte documento: “É uma constatação de que os problemas das acessibilidades, da educação, do saneamento e da saúde assolam todos por igual no concelho de Ourém e de que não é com divisionismos bacocos, que engrandeceremos o nosso concelho. -----

Com efeito, a postura da oposição neste mandato tem-se pautado pela atitude construtiva e responsável que sobressai aos olhos de todos. Na Câmara Municipal os três vereadores do PS têm dado provas infinitas de boa-fé, colaboração, de mais valia técnica e de elevado padrão de bom senso. -----

Nesta Assembleia Municipal, é a nós e a outros, que cabe fiscalizar a actividade ou inactividade, conforme as áreas, da maioria no poder. -----

Poderia dizer-se, que neste concelho, existem duas correntes de pensamento diferente, de maneiras diferentes de fazer política, mas sendo verdade, na realidade, todos somos pelo progresso e desenvolvimento da nossa terra. -----

Na verdade, somos sociais democratas ou socialistas em certa medida, porque defendemos uma sociedade com mais justiça social, desenvolvimento económico, educação e solidariedade. -----

Neste contexto, e na inserção no país e no mundo, poderemos dizer que existem no PSD alguns neo-liberais, que acham que primeiro está a economia e depois as pessoas, como ainda há no PS gente que assume uma postura radical da intervenção do Estado por tudo e por nada, mesmo face ao claudicar dessas políticas em todo o mundo. -----

Todavia, há um aspecto que nos divide profundamente e que tem a haver com os projectos a concretizar. -----

Com o PS e com a sua postura, não pode nenhum cidadão deste concelho, provar que qualquer obra não foi executada por nossa culpa directa ou indirecta. Mesmo na farsa criada sobre o Intermarché (obra privada), foi a solução apresentada pelo vereador José Alho que vingou. Aliás, desde 2005, há investimentos e apoios ao nosso concelho que são da nossa inteira ou parcial responsabilidade. -----

Ao invés, a actual maioria, vem anunciando um conjunto de investimentos que nunca ninguém viu concretizados e obras anunciadas muito mais caras e por vezes sem grande utilidade ou rentabilidade social ou económica. -----

Sabemos agora, que neste ano eleitoral a estratégia é tentar calar a oposição, mistificando o que a realidade demonstra e espalhando alcatrão sem destino e sem critério. -----

Fica a maioria a saber que connosco denunciaremos todos os alcatroamentos em estradas ou caminhos que não tenham as respectivas redes de água e saneamento quando elas se justificarem e, igualmente, as obras que estão por concretizar e prometidas há vários mandatos.

Houve neste mandato, uma larga maioria de boletins da Câmara Municipal que não têm uma foto de uma obra, de uma inauguração. É a realidade, é Viver em Ourém... -----

Este ano, é um ano de clarificação de projectos, de estratégias e de avaliação da performance de quem tem o dever de governar o município e não de se queixar da oposição e do Governo, porque se não é capaz de lutar com as armas de todos então é melhor não comprometer mais o nosso futuro colectivo, que outra força fará o que esta maioria não mostra ser capaz de levar por diante. Temos de mudar de vida (...) como diz Marques Mendes. -----

Por nós, podem as populações ficar descansadas, o que não cumpriu a maioria, denunciará o PS, criticando construtivamente à procura de novas soluções e anunciará a seu tempo o que entende ser o seu caminho correcto da governação e da obra que vai acontecendo em Ourém e à nossa volta pela mão do Eng.º José Sócrates. -----

Quando ao IC9 está a chegar, vários milhões de euros descansam em Fátima à espera não se sabe de quê, o 3º Juízo foi aprovado por portaria, os projectos das obras no Tribunal foram adjudicadas, foram postas em funcionamento todas as máquinas de ar condicionado do Tribunal e Conservatórias e este mês se vão aí trocar 32 computadores velhos por um novo parque informático para o Tribunal, quando o PARES dá milhões a várias instituições do nosso concelho e a 1 de Outubro mais dois médicos vêm trabalhar para Ourém e mais um para fazer mais 4 horas extraordinárias de atendimento, é tempo de ponderar o que se diz do Governo, porque então, teremos de perguntar o que fizeram os outros por nós? -----

Comparado com este, todos os outros deram-nos migalhas! -----

Concluimos, afirmando o nosso espírito de participação e colaboração pelo nosso concelho na certeza de hoje na oposição e amanhã no poder, poderemos sempre com respeito e dignidade discutir o nosso futuro colectivo.” -----

----- Terminado este período de intervenção passou-se, de imediato, ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

----- Neste momento, ausentaram-se os membros da Assembleia Municipal, senhores João Carlos Gameiro Rodrigues e João Pereira Trezentos. -----

02.01 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVA À IMPLEMENTAÇÃO DE UMA PARCERIA PARA A

**CONSTITUIÇÃO DE UMA SOCIEDADE ANÓNIMA DE DIREITO PRIVADO E CAPITALS
MINORITARIAMENTE PÚBLICOS – (GRELHA A).** -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número treze mil setecentos e setenta, com data do dia doze do pretérito mês de Agosto, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia vinte e oito daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, a apreciação do pedido da Ambiorém – Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais, E.E.M., ou seja, autorização para implementação de uma parceria para constituição de uma sociedade anónima de direito privado e capitais minoritariamente públicos, nos termos das alíneas i) e m), do artigo quinquagésimo terceiro e da alínea a), do número seis, do artigo sexagésimo quarto, da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro e bem assim do número dois, do artigo doze, da lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro. -----

----- Para melhor análise da questão, foi facultado um dossier com diversa informação sobre a matéria, a cada um dos membros constituintes do plenário – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara prestou informação inerente à matéria em análise, o que já havia feito aquando da apreciação do assunto em sede de reunião camarária, conforme consta do documento que se passa a transcrever: “Considerando: -----
A necessidade, já por diversas vezes reafirmada, de prosseguir na senda da modernização e melhoria das infra-estruturas do Município, promovendo a qualidade de vida e bem-estar das populações. -----

Ser imprescindível para a concretização dessa missão autárquica a construção de equipamentos de uso colectivo e fim público, nos termos das atribuições autárquicas definidas pela Lei nº159/99, de 14.09. -----

Que, no contexto actual de crescente simplificação e desburocratização da actividade administrativa, a filosofia de concentração prática e logística – em “tempo real” – de serviços públicos, subjacente ao conceito de “Loja do Cidadão”, implica inegáveis vantagens em matéria de eficácia na gestão pública, com ganhos de eficiência económica para a Administração e de qualidade de serviço para o utente. -----

Que o grau de articulação e harmonização de serviços que esse conceito transporta, aproxima os diversos serviços da Administração – local ou nacional – entre si, diminuindo a distância entre esta e os cidadãos, fomentando o desenvolvimento económico e social do concelho. -----

Que a AMBIOURÉM – Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais, EEM é uma entidade empresarial local cujo capital estatutário é integralmente detido pelo Município de Ourém. -----

Que a AMBIOURÉM – Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais, EEM é uma pessoa colectiva de direito público de natureza empresarial, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com atribuições – e competências – legais (cfr. Lei 53-F/2006, de 29.12) e estatutárias próprias, nomeadamente, em matéria de promoção do desenvolvimento, da coesão social e da melhoria da qualidade de vida dos munícipes. -----

Que as actuais preocupações em matéria de sustentabilidade económica e financeira das autarquias locais recomendam o recurso à constituição de parcerias público-privadas. -----

Que a AMBIOURÉM – Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais, EEM pretende implementar um modelo de parceria público-privada assente na selecção de parceiros privados que possibilite a implantação de um equipamento com interesse municipal, promotor do desenvolvimento local, conforme deliberação do Conselho de Administração da sobredita entidade, vertida na acta nº 6/2008, de 23 de Junho de 2008, e requerimento dirigido, na mesma data, pelo Sr. Presidente do Conselho de Administração, à Câmara Municipal de Ourém, em cumprimento daquela deliberação, documentos que se anexam. -----

Que este modelo apresenta uma configuração institucional, assente na constituição de uma sociedade comercial anónima cujo objecto social se compatibiliza com as atribuições legais e estatutárias da AMBIOURÉM – Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais, EEM, e com as atribuições da autarquia. -----

Que para atingir tal propósito se mostra necessário proceder à constituição de uma sociedade comercial anónima de direito privado, de capitais minoritariamente públicos, que terá a seu cargo a implementação, desenvolvimento, construção, exploração, manutenção e conservação de um edifício em regime de propriedade horizontal, bem como a promoção imobiliária das fracções, sito no concelho e cidade de Ourém, no qual será implantada a Loja do Cidadão, em conformidade com os documentos procedimentais da parceria, designadamente, os respectivos termos de referência, os quais ficam em anexo e são parte integrante desta proposta. -----

Que a parceria deverá vigorar pelo prazo de 25 anos, o qual poderá ser prorrogado por uma ou mais vezes. -----

Que, no quadro dos poderes de tutela, legal (cfr. artigo 39º da Lei nº 53-F/2006, de 29.12) e estatutariamente (cfr. artigos 5º, nº 4, 8º, nº 2, i) e 15º, nº 2, e) e f) dos Estatutos da AMBIOURÉM – Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais, EEM), conferidos à Câmara Municipal de Ourém, cabe a este Órgão autorizar a associação da AMBIOURÉM – Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais, EEM com outras pessoas jurídicas, v.g., sociedades comerciais de direito privado, bem como a aquisição originária de participações sociais no capital de outras pessoas jurídicas, ou seja, a constituição de parcerias institucionais. -----

Que a propriedade do terreno onde será implantado o edifício em questão – e que está integrado no domínio privado disponível da autarquia, e que se encontra descrito nos documentos respeitantes ao procedimento, nomeadamente, no Anexo III aos termos de referência anexos à presente proposta – será transferida para a sociedade, com isenção de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) – em homenagem ao interesse público municipal subjacente à transmissão –, tudo em conformidade com as regras e os procedimentos definidos nos termos de referência em anexo. -----

Que o preço do terreno é aquele que resulta de relatório de avaliação levado a cabo por empresa avaliadora devidamente credenciada, conforme Anexo III aos termos de referência anexos à presente proposta, que se dá por reproduzido. -----

Que todas as operações de construção e edificação integradas na parceria, de acordo com os termos de referência em anexo, ficarão igualmente isentas de taxas municipais, atendendo ao interesse público da operação. -----

Proponho que o executivo camarário delibere: -----

1. Autorizar a AMBIOURÉM – Gestão de Espaços e Equipamentos Municipais, EEM a implementar, como entidade adjudicante e mediante concurso público, uma parceria para a constituição de uma sociedade anónima de direito privado e capitais minoritariamente públicos que terá a seu cargo a implementação, desenvolvimento, construção, exploração, manutenção e conservação de um edifício em regime de propriedade horizontal, bem como a promoção imobiliária das fracções, sito no concelho e cidade de Ourém, no qual será implantada a loja do Cidadão, nos precisos termos e condições da documentação concursal subjacente ao

procedimento, nomeadamente, Programa de Procedimento e Termos de Referência – e respectivos anexos –, anexos a esta proposta. -----

2. Aprovar a transmissão onerosa, para a sociedade anónima a constituir, da propriedade do terreno onde será implantado o edifício visado pela parceria, nos termos e condições definidos nos documentos subjacentes aos procedimento, designadamente, nos Termos de Referência, anexos à presente proposta, pelo preço constante do relatório de avaliação que constitui o Anexo III aos referidos termos de referência. -----

3. Propor à Assembleia Municipal de Ourém a concessão de isenção de Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) para a transmissão da propriedade do terreno a que se refere o ponto anterior, descrito no Anexo III aos termos de referência, face ao interesse público municipal subjacente à transmissão. -----

4. Propor à Assembleia Municipal de Ourém a concessão de isenção de taxas e licenças a todas as obras de construção e edificação integradas na parceria, atendendo ao interesse público da mesma. -----

5. A submissão da deliberação emergente da presente proposta à Assembleia Municipal de Ourém, nos termos e para os efeitos do disposto nas alíneas i) e m) do 5 nº 2 do artigo 53º e da alínea a) do nº 6 do artigo 64º, ambos da Lei nº 169/99, de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11.01, bem como do nº 2 do artigo 12º da Lei nº 2/2007, de 15.01. -----

6. Para efeitos do ponto anterior, caso se mostre necessário, a convocação à Senhora Presidente da Assembleia Municipal, através de requerimento subscrito pelo Presidente da Câmara, de Assembleia Municipal Extraordinária, nos termos do disposto no artigo 50º, nº1, alínea a), da Lei supracitada, dado o relevante interesse municipal do procedimento.” -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registaram-se as intervenções dos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, em substituição da Representante do Grupo Municipal Social Democrata, manifestou a anuência da sua bancada face a este pedido de autorização. -----

= **JOSÉ FERREIRA VIEIRA**, na qualidade de Presidente de Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, pretendeu saber se o edifício a construir terá mais de três pisos pois, a

verificar-se tal situação, deixar-se-ia de ter vista para o considerado ex-líbris da cidade, ou seja o Castelo, tendo-lhe sido respondido de que o edifício do lado da igreja terá três pisos, tendo apenas mais um com soleira para a Rua de baixo, o que não inviabiliza o cenário do Castelo. –

= **JOANA LUÍSA ABREU DE FIGUEIREDO** referiu a existência de um lapso de escrita no texto da certidão da deliberação, ou seja: primeiro figura que «A Câmara deliberou, por unanimidade ...» e logo a seguir aparece a frase contraditória «*Votaram contra os Vereadores...*», tendo-lhe sido dito que a respectiva correcção já havia sido feito. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por maioria, com um voto contra do Partido Comunista Português.** -----

----- De seguida, apresentaram as respectivas declarações de voto, os membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** expôs o seguinte: “Votei contra por estar contra a filosofia de fundo subjacente, e a escassa maturação das linhas estratégicas de desenvolvimento da urbe que foram apresentadas.” -----

= **ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO**, em nome do Grupo Municipal do partido Socialista, expôs o seguinte: “O Grupo Parlamentar do PS vota favoravelmente a proposta da Câmara Municipal de Ourém, o Ponto 02.01 da Ordem de Trabalhos, relativa à «implementação de uma parceria para a constituição de uma sociedade anónima de direito privado e capitais minoritariamente públicos», uma vez que a obra proposta se enquadra nas reivindicações do PS, quanto ao número de pisos e aos usos culturais e de cidadania do mesmo, não descurando a necessidade de afectar níveis de rentabilidade consentâneos com as crescentes necessidades financeiras dos municípios. -----

A inclusão neste local da Loja do Cidadão, a assegurar por protocolo ou contrato programa entre o Município e a Secretaria de Estado da Modernização Administrativa com urgência a partir de hoje, é uma boa notícia para o comércio da nossa cidade velha e será mais uma significativa ajuda do Governo às nossas populações. -----

Apesar do atraso e do modelo de financiamento proposto até poder ser outro, os Deputados Municipais do PS dão o seu acordo, na defesa do desenvolvimento do nosso concelho.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.02 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA PROCEDER À CRIAÇÃO DO GABINETE DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA, NA DIRECTA DEPENDÊNCIA DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número treze mil setecentos e trinta e oito, datado de onze de Agosto, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia vinte e oito do pretérito mês de Julho, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para a criação do Gabinete de Contratação Pública, na directa dependência da Divisão Administrativa e Financeira, nos termos da alínea o), do número dois, do artigo quinquagésimo terceiro, da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de 18 de Setembro alterada pela Lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro. -----

----- Posteriormente, foi ainda remetida, pelo município, através do ofício número quinze mil novecentos e seis, com data do dia vinte e quatro do corrente mês de Setembro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia vinte e dois daquele mesmo mês, informando de que esta deliberação inclui e substitui a proposta constante da deliberação tomada no pretérito dia vinte e oito de Julho e bem assim solicitar à Assembleia Municipal a apreciação e votação da proposta camarária relativa à integração do Gabinete de Informação Autárquica ao Consumidor – GIAC, na estrutura orgânica do município. -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.03 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL RELATIVO À ISENÇÃO DE TAXAS DECORRENTES DA CONSTRUÇÃO DE UM EDIFÍCIO DESTINADO A CRECHE E PAVILHÃO POLIVALENTE, A EFECTUAR PELA APDAF – ASSOCIAÇÃO PARA A PROMOÇÃO E DINAMIZAÇÃO DO APOIO À FAMÍLIA – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número catorze mil quinhentos e trinta e três, datado de vinte e oito de Agosto, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia onze daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para isentar a Associação para a Promoção e Dinamização do Apoio à Família – APDAF do pagamento das taxas referentes à construção de um edifício destinado a creche e pavilhão polivalente, constante do requerimento registado sob o número três mil cento e sessenta e três barra dois mil e sete. -----

----- **Aberto o período de intervenção e não se registando qualquer pedido de esclarecimentos, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, conceder a isenção total das taxas relativas à construção do citado edifício considerando tratar-se de uma instituição particular de solidariedade social (sem fins lucrativos).** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.04 – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA CAMARÁRIA RELATIVA AO IMI – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS 2009 – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número quinze mil quinhentos e vinte, datado de dezasseis de Setembro, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia quinze daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, nos termos do número quatro, do artigo cento e doze, do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), autorização para fixar as seguintes taxas a praticar na cobrança do Imposto Municipal sobre imóveis, no ano de dois mil e nove: -----

----- 0,8% (zero vírgula oito por cento) sobre prédios urbanos; -----

----- 0,3% (zero vírgula três por cento) sobre prédios urbanos avaliados nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhora: -----

= **ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES** apresentou a seguinte declaração: “Sobre esta matéria, fiquei curiosa em saber se de facto os valores praticados pelo município de Ourém, pelo menos para o corrente ano, eram assim tão penalizadores para os contribuintes do concelho, como querem fazer crer os senhores vereadores do PS. Não quero com isto dizer que não concorde que alguns prédios urbanos estejam sobreavaliados, o que penaliza em muito as famílias. -----

A revista Visão efectuou uma análise aos valores praticados no corrente ano em cada município do país, tendo estabelecido um ranking que congrega as duas taxas. -----

Efectuada uma análise ao referido documento constata-se que o Município de Ourém se encontra no 83º lugar, sendo que, relativamente aos municípios que nos circundam (da Comunidade Urbana do Médio Tejo e da AMLEI) somente Ferreira do Zêzere e Porto de Mós estão em melhor posição que Ourém. -----

Referem os excelentíssimos vereadores do PS que na generalidade os concelhos vizinhos do nosso município vão reduzir o valor das taxas a praticar no IMI. -----

Só posso dizer que tamanha bondade não me seduz, uma vez que esses mesmos municípios se encontram a praticar as taxas máximas no corrente ano. Pois é, assim é fácil ser bondoso. Relativamente ao ranking podemos destacar os lugares em que figuram alguns dos nossos municípios vizinhos: -----

Alcanena – lugar 137; -----

Batalha – lugar 149; -----

Tomar – lugar 184; -----

Vila Nova da Barquinha – lugar 188; -----

Alvaiázere – lugar 192; -----

Marinha Grande – lugar 201; -----

Pombal – lugar 214; -----

Constância – lugar 223; -----

Leiria – lugar 246; -----

Abrantes – lugar 256; -----

Entroncamento – lugar 270; -----
 e finalmente o nosso vizinho, que se encontra a praticar no presente ano as taxas máximas,
 Torres Novas – lugar 303. -----

Assim é fácil ser benévolo. E mesmo assim podemos garantir que, por exemplo T. Novas e
 Abrantes com a proposta de redução de taxas para 2009 mudará para uma posição que fica a
 meio da tabela e não melhor do que aquela que ocupa o Município de Ourém.” -----

**----- Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a senhora Presidente
 da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo
 a mesma sido aprovada por maioria com sete votos contra – seis do Partido Socialista e
 um do Partido Comunista Português. -----**

----- Seguidamente, o Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, senhor
 ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO apresentou a seguinte declaração de voto: “Os Deputados
 Municipais do PS votam contra esta proposta, uma vez que num momento difícil para as
 famílias, a maioria da Câmara mostra completa insensibilidade ao querer manter a taxa
 máxima em 0,8%, quando o Governo propôs à Assembleia da República o aumento do período
 de isenção de 6 para 8 anos do IMI e de redução das taxas máximas de 0,8 para 0,7% e de 0,5
 para 0,4%. -----

Ademais, é indiferente que a proposta da Câmara seja ou não aprovada, uma vez que esta
 decisão da Assembleia Municipal será revogada expressamente pelo texto da Lei da
 Assembleia da República, que determinará no caso dos prédios urbanos não avaliados a taxa
 máxima em 0,7%, a benefício de todos os portugueses.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

**02.05 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA
 MUNICIPAL PARA PROCEDER AO LANÇAMENTO DE UMA DERRAMA PARA 2009 –
 (GRELHA A). -----**

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número quinze mil quinhentos e vinte e
 um, datado de dezasseis de Setembro, do ano em curso, cópia da deliberação camarária
 tomada em reunião celebrada no dia quinze daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão

deliberativo, nos termos da alínea f), do número dois, do artigo quinquagésimo terceiro, da lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela lei número cinco A barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, e bem assim nos termos do número quatro, do artigo décimo quarto, da lei número dois barra dois mil e sete, de quinze de Janeiro, autorização para proceder ao lançamento de uma *Derrama* a aplicar no ano de dois mil e nove, da taxa de um vírgula cinco por cento (1,5%) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). -----

----- **Aberto o período de pedido de esclarecimentos e não se registando qualquer pedido de intervenção, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada por maioria com sete votos contra – seis do Partido Socialista e um do Partido Comunista Português.** -----

----- Seguidamente, o Representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, senhor ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO apresentou a seguinte declaração de voto: “Os Deputados Municipais do PS votam contra esta proposta, uma vez que num momento difícil para as empresas, seria muito importante a nossa Câmara poder dar um sinal de apoio com a redução da taxa máxima de 1,5%, aliás medida que iria ao encontro das exigências da líder do PSD, pelo menos de vez em quando...” -----

A generalidade dos municípios vizinhos já o fez em anos anteriores e no actual contexto internacional e nacional ele mais do que se justifica, por isso, somos de opinião que este era o momento para dar um sinal de incentivo ao empreendedorismo do nosso tecido empresarial, que tanto prezamos e elogiamos, mas que em nada esta edilidade denota acarinhar.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.06 – ELEIÇÃO DE UM PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA PARA INTEGRAR O CONSELHO GERAL DE CADA UM DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS – (GRELHA A). --

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número quinze mil quinhentos e dezanove, datado de dezasseis de Setembro, do ano em curso, cópia da deliberação

camarária tomada em reunião celebrada no dia oito daquele mesmo mês, solicitando a este órgão deliberativo, a designação de um Presidente de Junta de Freguesia para integrar o Conselho Geral de cada um dos agrupamentos de escolas. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhora: -----

= **MARIA NATÁLIA DE SOUSA FREIRE NUNES**, em representação do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou, conjuntamente com o Grupo Municipal do Partido Socialista as seguintes propostas: -----

----- Agrupamento de Escolas de Ourém – Presidente de Junta de Freguesia de Fátima, senhor Natálio Reis; -----

----- Agrupamento de Escolas Conde de Ourém – Presidente de Junta de Nossa Senhora da Piedade, senhor José Ferreira Vieira; -----

----- Agrupamento de Escolas Cónego Dr. Manuel Lopes Perdigão – Presidente de Junta de Freguesia de Caxarias, senhora Maria Natália de Sousa Freire Nunes; -----

----- Agrupamento de Escolas de Freixianda – Presidente de Junta de Freguesia de Freixianda, senhor Francisco Caetano. -----

----- **Face ao exposto e não se registando qualquer outra proposta, a senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, cada uma das propostas a apreciação do plenário, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.07 – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ADERIR À COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO MÉDIO TEJO DE ACORDO COM O PROJECTO DE ESTATUTOS ANEXOS – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número quinze mil quinhentos e oitenta e dois, com data do dia dezassete do presente mês de Setembro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia quinze daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, autorização para aderir à Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, de

acordo com o projecto de Estatutos remetido em anexo – (vide processo devidamente arquivado). -----

----- Para melhor análise do citado documento por parte dos membros da Assembleia Municipal, o mesmo foi remetido a todos os membros constituintes do plenário. -----

----- Tomando a palavra, o Senhor Presidente da Câmara Municipal informou de que nas reuniões que houve sobre o assunto, sempre se manifestou o facto do nosso concelho não se rever neste texto de Estatutos porque: não possui a Sede nem os Pólos da CIM Médio Tejo; a nível do património terá a mesma quota-parte dos outros municípios (número um do artigo trigésimo sétimo), mas, como é o município mais populoso, será responsável por uma maior parte das dívidas contraídas (número quatro do artigo quadragésimo quarto). Assim, com esta redacção dos Estatutos, o município não aceitaria integrar a CIM Médio Tejo porém, como houve um compromisso formal de que logo a seguir à sua instituição será agendada uma proposta de alteração aos Estatutos e serão também apresentadas as propostas para o município mais populoso, o município entendeu aceitar a proposta de integração na Comunidade. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, registou-se a intervenção do membro da Assembleia Municipal, senhor: -----

= **SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO** citando a redacção do artigo trigésimo segundo, alínea d) dos Estatutos, segundo a qual, compete ao conselho executivo «Propor alterações aos presentes estatutos», questionou se o compromisso acima referido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal havia sido tomado a nível de todos os membros, entre os quais será eleito o Conselho Executivo, tendo-lhe sido respondido afirmativamente. -----

----- **Não se registando qualquer outro pedido de intervenção, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal submeteu, de imediato, a proposta a votação do plenário, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.** -----

----- Seguidamente, o membro da Assembleia Municipal, senhor SÉRGIO JOSÉ FERREIRA RIBEIRO apresentou a seguinte declaração de voto: “Votei a favor independentemente das reservas e oposições que me merecem a Lei 45/08.” -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.08 – ELEIÇÃO DE CINCO MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAREM A ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número quinze mil quinhentos e dezassete, com data do dia dezasseis do presente mês de Setembro, cópia da deliberação camarária tomada em reunião celebrada no dia quinze daquele mesmo mês, solicitando, a este órgão deliberativo, a eleição de cinco dos seus membros para integrarem a Assembleia Intermunicipal. -----

----- Questionados os Representantes dos Grupos Municipais, com assento neste órgão deliberativo, verificou-se a seguinte intervenção: -----

= **MARIA NATÁLIA SOUSA FREIRE NUNES**, em substituição do Representante do Grupo Municipal Social Democrata, apresentou uma lista de consenso com o Partido Socialista – Lista A, a qual é composta pelos membros da Assembleia Municipal, senhores: -----

----- Ângela Maria Gaspar da Silva Pereira Marques; -----

----- António Ribeiro Gameiro; -----

----- Avelino da Conceição Subtil; -----

----- Deolinda de Jesus Lopes Simões; -----

----- Nelson Carlos Lino Lopes. -----

----- De harmonia com a proposta apresentada, procedeu-se à respectiva votação, por escrutínio secreto, tendo-se apurado os seguintes resultados: -----

----- **Número de votantes – vinte e nove (29)** -----

----- **Lista A – vinte e dois (22)** -----

----- **Branco – seis votos (06)** -----

----- **Nulos – um voto (01)** -----

----- **Verificados os resultados, os membros da Assembleia Municipal, senhores ÂNGELA MARIA GASPAR DA SILVA PEREIRA MARQUES; ANTÓNIO RIBEIRO GAMEIRO; AVELINO DA CONCEIÇÃO SUBTIL; DEOLINDA DE JESUS LOPES SIMÕES e NELSON CARLOS LINO LOPES foram eleitos, por maioria, para integrarem a Assembleia Intermunicipal.** -----

----- A acta foi, por unanimidade, aprovada, em minuta, nesta parte, para efeitos imediatos.

02.09 – TOMADA DE CONHECIMENTO DA TAXA DE RECURSOS HÍDRICOS – DECRETO-LEI N.º97/2008, DE 11 DE JUNHO – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número catorze mil quinhentos e trinta e um, datado de vinte e oito de Agosto, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia quatro daquele mesmo mês, dando conhecimento, a este órgão deliberativo, do teor da carta da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., com sede na Avenida da Liberdade, número vinte e quatro, em Lisboa, a comunicar que, com a entrada em vigor do diploma acima citado, passará a constar da facturação a emitir a partir de Julho, a Taxa de Recursos Hídricos, nos termos que dispõe a nova legislação, passando igualmente a constar a desagregação de todas as taxas aplicáveis. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

02.10 – TOMADA DE CONHECIMENTO DA PROPOSTA DE LEI QUE ALTERA AS TAXAS E OS PRAZOS DE ISENÇÃO PREVISTOS NO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – (GRELHA A). -----

----- Foi remetida, pelo município, através do ofício número catorze mil quinhentos e trinta e quatro, datado de vinte e oito de Agosto, do ano em curso, cópia da deliberação camarária tomada em reunião realizada no dia quatro daquele mesmo mês, dando conhecimento, a este órgão deliberativo, do teor do parecer do Conselho Directivo da Associação Nacional de Municípios Portugueses relativamente à lei citada em epígrafe. -----

----- Aberto o período de pedido de esclarecimentos, não se verificou qualquer pedido de intervenção por parte dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- **A Assembleia Municipal ficou inteirada.** -----

----- Concluída a Ordem de Trabalhos desta sessão ordinária, a senhora Presidente da Assembleia deu esta por encerrada, pelas vinte horas e cinquenta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que, depois de aprovada, vai ser assinada pela senhora Presidente da Assembleia Municipal e pelo Primeiro Secretário. -----

-----A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

-----O PRIMEIRO SECRETÁRIO